



CONTEXTO OPERACIONAL



Situação Venezuela

Mais de 5,2 milhões de refugiados e migrantes venezuelanos estão vivendo fora de seu país e, com cerca de 4,3 milhões vivendo na América Latina e no Caribe, a região vive o maior êxodo de sua história moderna. **O Brasil abriga o quinto maior número de venezuelanos deslocados**, com uma **população total de mais de 264.000 pessoas**. O principal ponto de entrada dos venezuelanos no Brasil é o estado de **Roraima**, no Norte, que está geograficamente isolado do restante do Brasil pela Floresta Amazônica, além de ser escassamente povoado e ter o menor PIB per capita do país. Grande parte dos que chegam no Brasil são mulheres grávidas, mães solteiras com filhos, idosos e pessoas com problemas de saúde e nutrição, entre outras vulnerabilidades, para quem o acesso aos serviços básicos torna-se ainda mais crítico. Antes do fechamento temporário das fronteiras em meados de março de 2020, **uma média de 500 venezuelanos entravam no Brasil todos os dias**, muitos dos quais chegavam em extrema necessidade de assistência humanitária.

A resposta nacional ao influxo de venezuelanos, conhecida como Operação Acolhida, é liderada pelo Governo Federal com o apoio do Sistema ONU e de organizações da sociedade civil, sendo que essas trabalham em coordenação sob a plataforma R4V (Resposta para Venezuelanos). **Os três principais pilares da resposta são o controle de fronteira e documentação, a assistência de emergência e a integração**. Os venezuelanos podem optar por solicitar o reconhecimento de sua condição de refugiado ou solicitar autorização de residência temporária de dois anos, ambas vias legais proporcionam igualmente acesso aos serviços públicos e direito ao trabalho. Com relação ao processo de refúgio, em junho de 2019 o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) reconheceu a situação de grave e generalizada violação de direitos humanos na Venezuela, de acordo com a Declaração de Cartagena sobre Refugiados de 1984. Desde então, os venezuelanos que solicitam a condição de refugiado e atendem a critérios específicos estabelecidos pelo CONARE passam por procedimentos simples e rápidos, sem a necessidade de entrevista. O Brasil já reconheceu cerca de 46.000 venezuelanos como refugiados, representando a maior população de refugiados venezuelanos reconhecida na América Latina. Este procedimento *prima facie* foi estendido no final de agosto por mais 12 meses. A **assistência de emergência** é prestada em abrigos temporários onde podem ter acesso a abrigo de emergência, alimentação, cuidados de saúde, espaços de recreação infantil, aconselhamento e encaminhamento para serviços. Os esforços de **integração** estão centrados no programa voluntário de realocação interna, conhecido como interiorização, que permite a transferência de venezuelanos dos estados de Roraima e Amazonas para mais de 600 municípios em todos os estados do Brasil, oferecendo melhores perspectivas socioeconômicas e aliviando a pressão na região norte.

O ACNUR opera por meio de seus escritórios em Brasília, Boa Vista, Pacaraima, Manaus, Belém e São Paulo em parceria com 17 parceiros de implementação em todo o país.

Dados Principais

164.500 solicitantes da condição de refugiado (todas as nacionalidades)¹

Dos venezuelanos e venezuelanas que buscaram proteção ao Brasil:

- **102.504** são solicitantes da condição de refugiado¹
- **46.141** foram reconhecidas como refugiados ou refugiadas²
- **148.782** pessoas com autorização de residência³

41.146 Refugiados e migrantes venezuelanos realocados voluntariamente dentro do Brasil⁴

138.048 refugiados e migrantes venezuelanos registrados pelo ACNUR desde abril de 2018

17.198 refugiados e migrantes venezuelanos abrigados em Roraima e por todo o Brasil em 2020

Fontes:

¹ Polícia Federal em maio de 2020

² CONARE no final de agosto de 2020

³ Polícia Federal no final de agosto

⁴ Até o final de agosto de 2020



Contexto da COVID-19

No final de agosto de 2020, as Américas ainda eram consideradas o epicentro da pandemia globalmente e o Brasil tinha o segundo maior número de casos e mortes devido à COVID-19 em todo o mundo. Todas as fronteiras foram fechadas em meados de março e as restrições de entrada por terra e mar permanecem até hoje. O impacto socioeconômico das medidas de contenção adotadas no contexto da COVID-19 resultou na perda generalizada de meios de subsistência para refugiados, migrantes e população local. Isso inclui cerca de 5.000 venezuelanos indígenas (Warao, Eñepa, Pemón), cuja saúde já era extremamente vulnerável, levando à desnutrição, infecções e doenças respiratórias. Embora refugiados e migrantes tenham acesso a serviços públicos de saúde e a medidas de auxílio econômico como parte da resposta da COVID-19, o prolongamento da emergência de saúde continua pressionando a capacidade do setor público de responder às necessidades da população.



Contexto de Proteção

Os desafios relacionados ao acesso ao território, documentação, bem como aos serviços de assistência e proteção foram agravados devido à pandemia da COVID-19. Como as restrições de entrada por terra, mar e alguns aeroportos permanecem em vigor, pessoas com necessidade de proteção internacional ficaram retidas e incapazes de acessar o território brasileiro para solicitar o reconhecimento de sua condição de refugiadas. Refugiados também enfrentam desafios dentro do Brasil para renovar a documentação legal com consequências práticas sobre seu acesso a direitos e serviços. Por exemplo, o acesso aos

Para atender possíveis casos confirmados da COVID-19, a Operação Acolhida desenvolveu um plano de contingência em parceria com o ACNUR e outros atores em Roraima e no Amazonas incluindo a estruturação da Área de Proteção e Cuidado (APC), hospital de campanha em Boa Vista. A APC tem capacidade para hospedar até 1.782 pessoas e está aberta tanto para venezuelanos quanto para a comunidade brasileira. Áreas de isolamento adicionais também foram instaladas nas cidades de Manaus e Belém. Após um fechamento temporário no início da pandemia, os Centros de Recepção e Documentação (PITRIGs) de Roraima e Manaus começaram a retomar gradativamente as atividades desde o início de agosto, com cotas diárias de entrada e obrigatoriedade de cumprimento de medidas preventivas. O programa de interiorização continua operando, seguindo os protocolos para prevenção da COVID-19 antes e depois do embarque em viagens aéreas.

programas de assistência social foi limitado devido a situações em que os prestadores de serviços locais injustamente não aceitaram documentos de identidade expirados, embora sua validade tenha sido oficialmente estendida durante o período de emergência. As redes de proteção local suspenderam ou reduziram seus serviços, apesar da crescente necessidade de assistência devido ao aumento da perda de meios de subsistência. Como resultado, a identificação, a resposta e o monitoramento dos casos de proteção foram reduzidos. Consequências adicionais identificadas durante o contexto da COVID-19 (por exemplo, despejos, violência doméstica, mecanismos adversos de enfrentamento) exigiram um esforço adicional para garantir a inclusão efetiva dos refugiados nos sistemas de proteção nacionais, bem como ações concretas para mitigar os riscos de proteção identificados.

Resposta à COVID-19

Para fortalecer a capacidade de resposta em saúde, o **ACNUR apoiou o estabelecimento da Área de Proteção e Cuidado (APC) em Boa Vista**, inaugurada em 19 de junho. O ACNUR contribuiu com o planejamento do local, a doação de 2.000 leitos, 180 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 250 unidades habitacionais para refugiados (RHU) utilizadas como áreas de isolamento para casos suspeitos e confirmados. Desde a sua inauguração, 2.257 pacientes receberam triagem médica e atendimento no APC, incluindo 483 casos de COVID-19 que foram internados e receberam alta da área clínica. O ACNUR também oferece **apoio ad hoc para a inclusão de comunidades indígenas nas respostas locais de saúde e redes de segurança** por meio de capacitação e cooperação para o reforço e expansão de áreas de

isolamento em abrigos indígenas em Manaus, Roraima e Belém. Outra intervenção importante do ACNUR tem sido o **fornecimento de itens não alimentares, incluindo kits de higiene e limpeza**, a fim de garantir um alojamento adequado e conter a propagação do vírus. Além disso, em linha com sua estratégia de **Comunicação com as Comunidades (CWC)**, o ACNUR divulga informações sobre a **prevenção à COVID-19** por meio de sessões de conscientização e materiais informativos traduzidos em seis idiomas que são publicados em locais estratégicos, compartilhados na plataforma **HELP do ACNUR** e com grupos venezuelanos em redes sociais. Estima-se que pelo menos **16.000 pessoas em necessidade de proteção internacional já tenham sido alcançadas** por essas intervenções.

A RESPOSTA DO ACNUR



Proteção

O ACNUR cumpre seu mandato de proteção proporcionando assessoria técnica e assistência às autoridades governamentais e auxiliando diretamente sua população de interesse, seja por meio de funcionários que atuam no terreno ou em parceria com organizações da sociedade civil. **Trabalhando em estreita colaboração com o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE)**, o ACNUR defende o fortalecimento contínuo do procedimento de Determinação da Situação de Refugiado (RSD) para julgar reivindicações de maneira justa e eficiente, de acordo com os **padrões internacionais**. Entre dezembro de 2019 e agosto de 2020, o governo do Brasil reconheceu mais de 46.000 venezuelanos como refugiados *prima facie*, como parte de um plano para reconhecer mais solicitantes da condição de refugiados venezuelanos por meio deste procedimento simplificado.

Além disso, o ACNUR realiza **monitoramento de proteção** regular em diferentes locais para identificar e assistir casos altamente vulneráveis, incluindo pessoas de cerca de 90 nacionalidades com problemas de saúde graves, crianças desacompanhadas ou separadas, sobreviventes de violência sexual e de gênero, LGBTIs em risco e pessoas com deficiência. O ACNUR também promove redes locais de proteção e apoia a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, uma rede de 25 universidades brasileiras que apoiam refugiados com aconselhamento jurídico, apoio para admissão universitária, aulas de idiomas, ensino e pesquisa sobre Direito Internacional do Refugiado, entre outros.



Registro e Documentação

O ACNUR oferece **aconselhamento e assistência aos solicitantes da condição de refugiados** nos três Centros de Recepção e Documentação (PITRIGs) de Pacaraima, Boa Vista e Manaus. Durante a pandemia da COVID-19, o ACNUR continuou a operar nesses centros com o objetivo de identificar e assistir as pessoas com necessidades de proteção, garantindo o acesso à documentação para os casos mais vulneráveis. O ACNUR também realiza o registro por meio de seu banco de dados ProGres V4, garantindo a identificação dos indivíduos em maior risco, o gerenciamento adequado dos casos e contribuindo para uma análise mais ampla da proteção.



Necessidades básicas

Em Roraima, o ACNUR apoia o Ministério da Cidadania com o planejamento, equipamentos e gestão de **12 abrigos temporários, um abrigo de trânsito (BV8) e um local de emergência**. No geral, esses abrigos podem fornecer acomodação temporária para um total de 7.508 pessoas. Em setembro, 4.518 pessoas estavam abrigadas. Como as vagas disponíveis nos abrigos são liberadas por meio da estratégia de interiorização, o ACNUR trabalha para preenchê-las rapidamente, priorizando os casos mais vulneráveis que são identificados por meio do monitoramento contínuo da proteção. Desde janeiro de 2020, **mais de 17.000 venezuelanos foram beneficiados** com abrigos temporários em Roraima e em todo o Brasil.

Em 2020, em termos de assistência essencial direta, o ACNUR entregou um total de 36.431 itens não alimentares (NFIs), incluindo 3.181 kits de higiene, 2.900 kits de limpeza doméstica, 5.361 desinfetantes de mãos à base de álcool, 1.073 kits de higiene íntima feminina, 3.556 colchões, 457 cobertores, 379 lonas, 421 redes e 1.989 mochilas escolares para as populações dos abrigos de Boa Vista, Pacaraima e Manaus para atender às suas necessidades mais básicas. Alguns kits também foram distribuídos em outras cidades do país, incluindo Santarém, Belém, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

O ACNUR, por meio de parceiros, **oferece auxílio financeiro conhecido como Cash-based interventions (CBI)** para fornecer proteção e assistência aos mais vulneráveis. Desde o lançamento do programa CBI do ACNUR em junho de 2019, atingiu a marca de R\$ 4,7 milhões, beneficiando cerca de 16.000 indivíduos em risco.



Interiorização e Integração

O ACNUR apoia a **estratégia de realocação voluntária** do Governo Federal para venezuelanos, conhecido como interiorização, cadastrando participantes e apoiando diretamente os locais de acolhimento e atividades de integração em nove cidades. O ACNUR apoia a **integração local** de sua população de interesse por meio de uma série de iniciativas de inserção laboral e educacional, incluindo formação empresarial e profissional, apoio à matrícula escolar de crianças, validação de diplomas acadêmicos e aulas de português. O ACNUR também trabalha com parceiros e outros atores apoiando projetos de **convivência pacífica** para construir pontes com as comunidades de acolhida. Dos **41.146 venezuelanos realocados até agosto de 2020, 7.559 foram acomodados em mais de 30 abrigos apoiados pelo ACNUR**, dos quais 14 eram abrigos administrados por parceiros do ACNUR.



População indígena

O ACNUR defende e trabalha para a inclusão de refugiados e migrantes indígenas venezuelanos nas políticas públicas voltadas à essa população e apoia o Governo Federal, bem como os estados e municípios receptores na articulação de respostas públicas culturalmente adequadas. A resposta de emergência institucional busca **empoderar essa população por meio de uma abordagem baseada na comunidade**, onde indivíduos e famílias desempenham um papel ativo em sua própria proteção e para promover a autossuficiência por meio de registro e assistência de pré-documentação, fornecimento de abrigo e itens essenciais, atividades educacionais e culturais, o fomento à produção artesanal como fonte de renda, o apoio à integração em empreendimentos agrícolas locais, entre outros.



Reassentamento

O Brasil está implementando seu primeiro **programa de reassentamento financiado pelo estado**, beneficiando refugiados do Norte da América Central (NCA) que chegaram em 2019 e se estabeleceram no Rio Grande do Sul. O programa está a cargo do Ministério da Justiça e a ASAV é a ONG selecionada para implementar o **pacote assistencial** que inclui apoio até 1 ano em moradia, móveis básicos e eletrodomésticos, agasalhos, auxílio financeiro mensal, apoio psicossocial, formação linguística e profissional, bem como apoio para a colocação profissional. Sob a Iniciativa de Reassentamento Sustentável e Vias Complementares (CRISP), que visa apoiar os Estados e as principais partes interessadas a estabelecer, expandir ou renovar programas de reassentamento e avançar em vias complementares para a admissão de refugiados, o Brasil também está desenvolvendo programas de reassentamento pilotos de **patrocínio comunitário**, em linha com os compromissos assumidos pelos países no Fórum Global sobre Refugiados de 2019. Os patrocinadores serão responsáveis pela prestação de **assistência e apoio** aos refugiados reassentados, sob uma estrutura legal que permitirá aos indivíduos obter status legal e acesso a todos os serviços com **direitos iguais** aos dos nacionais. Todas as identificações e encaminhamentos serão feitos pelo ACNUR para garantir que o programa beneficie os refugiados em maior situação de vulnerabilidade. Com o suporte técnico do ACNUR, o Ministério da Justiça acompanhará o processo de integração.



Serviço de Parcerias com o Setor Privado (PSP)

O Serviço de Parcerias do Setor Privado (PSP) faz parte da Divisão de Relações Externas (DER) do ACNUR e é responsável por mobilizar recursos do setor privado para refugiados. O escritório de PSP foi estabelecido no Brasil, na cidade de São Paulo, em 2014. Essa estratégia se concentra nas **doações individuais e doações de lideranças**. Para trazer os recursos necessários para a organização, a seção de doações individuais busca atingir novos públicos por meio de divulgação e engajamento de nossos atuais apoiadores e doadores. A seção de doações de liderança desenvolve e fortalece parcerias de longo prazo com empresas, fundações e indivíduos de alto patrimônio líquido. Esses parceiros privados estão nos ajudando a maximizar o impacto do ACNUR e a melhorar sua capacidade de fazer a diferença, oferecendo assistência para salvar vidas e soluções sustentáveis para milhões de refugiados e deslocados em todo o mundo. Em Boa Vista, o escritório de PSP estabeleceu parcerias que têm permitido o aporte de equipamentos de proteção individual, equipamentos hospitalares, medicamentos e álcool ao hospital de campanha.



Doadores

O ACNUR Brasil **agradece todos os seus doadores** e em especial aos Estados Unidos, União Europeia, Alemanha, Japão, Brasil, assim como doadores do setor privado no Brasil - pelas contribuições destinadas tanto a projetos e ações específicas, quanto às de aplicação mais flexível que possam vir ser utilizadas nesta operação por estarem relacionadas à uma área temática, região ou sub-região.



Presença do ACNUR

Áreas de cobertura dos escritórios do ACNUR no Brasil

Funcionários

123 Nacionais
26 Internacionais

Localização dos escritórios:

- 1 escritório sede em Brasília
- 1 subescritório em Boa Vista
- 2 escritórios de campo em São Paulo e Manaus
- 2 unidades de campo em Pacaraima e Belém
- 1 escritório de Parcerias com o Setor Privado em São Paulo



- Pacaraima
 - Belém
 - Boa Vista
 - Brasília
 - Manaus
 - São Paulo
- Escritório sede do ACNUR no Brasil
 - Sub-escritório do ACNUR
 - Escritório de campo do ACNUR
 - Unidade de campo do ACNUR

O ACNUR agradece o apoio de seus doadores e parceiros

CONTATOS

NATALIA RIVEROS, Oficial de Relações Externas, riversom@unhcr.org
FLAVIA FARIA, Assessora de Relações Externas, faria@unhcr.org

Parceiros do ACNUR no Brasil:



Doadores governamentais do ACNUR Brasil



Doadores privados do ACNUR Brasil:



O ACNUR Brasil agradece o grande apoio e parceria com todas as outras agências da ONU, autoridades brasileiras (a nível federal, estadual e municipal) e organizações da sociedade civil envolvidas na resposta de emergência e nos programas regulares da operação brasileira.